



CARREGAL DO SAL

ATA NÚMERO DEZ (2017-2021) DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CARREGAL DO SAL, REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DO ANO DE 2018.

—Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Carregal do Sal, nesta Vila de Carregal do Sal, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, sob a presidência de Carlos Jorge Morgado Gomes, secretariado, respetivamente, pela Primeira Secretária Ana Isabel Abrantes Ribeiro e pela Segunda Secretária Isabel Clara Amaral Teixeira.—

—VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE QUÓRUM. ABERTURA DA SESSÃO. REGISTO DAS PRESENCAS E DAS AUSÊNCIAS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. --

—Verificada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Jorge Morgado Gomes, após cumprimentos, declarou aberta a sessão, eram precisamente vinte horas e quinze minutos.—

—Foram registadas as faltas, justificadas, dos membros da Assembleia Municipal, Ana Filipa Montezinho Moreira Lopes, António Marques da Costa Pinto, Maria Manuela Ribeiro Rodrigues Campos e José Manuel Lopes Flório, tendo sido substituídos, nesta sessão, pelos membros José Figueiredo Castanheira, António José Rodrigues dos Santos, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira e Alípio Simões Lopes.—

—REGISTO DAS PRESENCAS E AUSÊNCIAS DO EXECUTIVO CAMARÁRIO.

—Foram registadas as presenças do Presidente da Câmara Municipal, Rogério Mota Abrantes, do Vice-presidente da Câmara, José Sousa Batista e dos Vereadores António Óscar de Almeida e Paiva, Toni Serge Costa Ribeiro e Ana Cristina Silva Sousa Borges.—

—INÍCIO DOS TRABALHOS. ESCLARECIMENTOS.—



———O Presidente da Assembleia Municipal informou que o expediente rececionado e expedido, encontrava-se arquivado em pasta, disponível para consulta e também tinha servido de base à ordem do dia a seguir transcrita, prévia e legalmente distribuída por todos os membros:———

———**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DIA**———

———1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO.———

———**ORDEM DO DIA**———

———2. **INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA**———

———APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.———

———3. **PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**———

———3.1. ***EIMAR – EMPRESA INTERMUNICIPAL***———

———CONSTITUIÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA EIMAR – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE ÁGUAS RESIDUAIS, EIM, SA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.———

———3.2. ***GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO***———

———GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) E PROPOSTA DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2019. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.———

———3.3. ***MAPA DE PESSOAL***———

———MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2019. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.———

———3.4. ***IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS***———

———FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), NOS TERMOS DO CIMI. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.———

———3.5. ***PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS***———

———PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS. DEFINIÇÃO DA PERCENTAGEM A QUE ALUDE

O ARTIGO 26.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————3.6. **TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM**—————

—————FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), NOS TERMOS DA LEI N.º 5/2004, DE 10 DE FEVEREIRO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————3.7. **ENCARGOS ORÇAMENTAIS EM MAIS DE UM ANO ECONÓMICO**—————

—————EMPREITADAS E AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS – ENCARGOS ORÇAMENTAIS EM MAIS DE UM ANO ECONÓMICO. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————3.8. **ISENÇÕES/REDUÇÕES EM MATÉRIAS DE TRIBUTOS PRÓPRIOS**—————

—————ISENÇÕES/REDUÇÕES EM MATÉRIA DE TRIBUTOS PRÓPRIOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————4. **PROPOSTAS DOS GRUPOS MUNICIPAIS**—————

—————4.1. MOÇÃO APRESENTADA PELO BLOCO DE ESQUERDA, PELA NÃO TRANSFERÊNCIA DAS NOVAS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NA LEI N.º 50/2018 JÁ PARA O ANO DE 2019. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————4.2. RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO BLOCO DE ESQUERDA, PELO CUMPRIMENTO EFICAZ DA LEI QUE PERMITE A TODAS POR IGUAL O DIREITO À INTERRUPTÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————5. **CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS**—————

—————RELATÓRIO SEMESTRAL PRESTADO PELO AUDITOR EXTERNO, RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS, SOBRE A RESPECTIVA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA. APRECIACÃO. —————

—————6. **TARIFÁRIOS DE SANEAMENTO**—————

—————PARECER DA ERSAR – ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E

RESÍDUOS SOBRE O TARIFÁRIO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO PARA 2019 – CÂMARA MUNICIPAL DE CARREGAL DO SAL. Apreciação. _____

_____**7. ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**_____

_____**ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**_____

_____**De seguida foram tratados os assuntos abaixo descritos e tomadas as seguintes deliberações:**_____

_____**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DIA**_____

_____**1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO.**_____

_____**APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO.**_____

_____**O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar que o projeto de ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e um de setembro do corrente ano tinha recebido contributos, que, depois de incluídos foi, de novo, enviado a todos os membros do plenário, pelo que no seu entendimento poder-se-ia colocar em votação.** _____

_____**Colocada em votação, a ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e um de setembro de dois mil e dezoito foi aprovada por maioria, com três abstenções de Francisco Azevedo Silva, António José Rodrigues dos Santos e Sandra Cristina de Oliveira Cortês.**_____

_____**CONTINUAÇÃO DOS TRABALHOS.**_____

_____**O Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu a sua intervenção, reafirmando que a correspondência recebida e expedida se encontrava arquivada em pastas próprias e poderia ser consultada, sempre que os membros da Assembleia Municipal o desejarem.**_____

_____**Da correspondência rececionada, o Presidente da Assembleia Municipal destacou o ofício da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, que capeava uma moção de**

protesto sobre a prestação de serviço ferroviário na Linha da Beira Alta e diversos ofícios do Grupo Parlamentar da Assembleia da República “Os Verdes”. _____

_____ Deu a conhecer as suas participações e da Mesa em reuniões e eventos, destacando: a sua presença, no baldio de Fiais da Telha, no âmbito do projeto “Renascer Carregal”, em quinze de outubro; idêntica participação no baldio de Beijós, em vinte e cinco de novembro; a sua participação na feira gastronómica do míscaro e da castanha, em Póvoa da Pegada; inauguração do Museu António Duarte Santos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal. Deu, ainda, a conhecer diversos convites recebidos para participação em ceias e almoços de Natal, referindo que iria tentar estar presente e responder a todos esses convites. _____

_____ Referiu-se à ordem do dia da sessão, que era extensa, solicitando aos membros da Assembleia Municipal a necessária contenção e poder de síntese no uso da palavra, aquando das intervenções, para a celeridade necessária e o bom andamento dos trabalhos. _____

_____ **USO DA PALAVRA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal disse estar aberto este período, aceitando inscrições. Inscreveram-se para usar da palavra os membros da Assembleia Municipal a seguir identificados: _____

_____ *Manuel António Tavares Santos* – Começou por apresentar cumprimentos e desejar um Feliz Natal e um Ano Novo de dois mil e dezanove excelente para todos e famílias. Fazendo alusão ao programa eleitoral que foi apresentado pelo Partido Socialista, com o qual ganhara as eleições, em jeito de balanço do ano de dois mil e dezoito, questionou a Câmara Municipal sobre obras que não tinham sido feitas, como a Requalificação da Casa do Passal, Mercado Municipal, Jardins Adjacentes ao Mercado Municipal, Parque

Desportivo da Senhora das Febres, Requalificação da Fundação José Nunes Martins, Eco-via/Ciclovia de Carregal do Sal, ETAR de Currelos e de Cabriz. Solicitou ao Executivo Camarário, na qualidade de carregalense, que lhe fosse feito um ponto de situação relativamente aos processos dessas obras. Prosseguiu, referindo-se às inúmeras visitas de ilustres membros do Governo ao Concelho, que procederam a inaugurações e participaram em eventos diversos, perguntando o que têm trazido de bom e quais as efetivas benesses que têm trazido para o Concelho. Afirmou que o discurso do Presidente da Câmara, nessas ocasiões, era sempre o mesmo, de que a Câmara Municipal não tem capacidade e verbas para fazer face a tantos problemas e desafios, pelo que se esse é o seu entendimento, então a vinda dos membros do Governo não se deveria cingir, apenas, a descerrar placas e a proceder a inaugurações; teriam de trazer verbas e obras. Ressaltou que a bancada do Partido Social Democrata não era contra a visita ao Concelho dos membros do Governo, mas estes não poderiam vir apenas para proceder a inaugurações e participarem em eventos e levarem as bagageiras cheias de lembranças, pois assim não valia a pena. —

———Concluiu a sua intervenção, congratulando o Executivo Camarário pela colocação de novos ecopontos enterrados, questionando se as quinze unidades eram para colocar apenas na Sede do Concelho ou se iriam ser distribuídos pelas Freguesias, admitindo que nestas apenas pudesse ser colocado um ecoponto em cada Sede de Freguesia, pois só assim se poderia dizer que não havia munícipes de primeira e de segunda. ———

———*Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira* – Após a apresentação de cumprimentos, afirmou que era frequentadora do Parque Alzira Cláudio e a sua intervenção prendia-se com o facto de ali se encontrarem treze sobreiros que, aparentemente, estão ociosos e secos. Face à ocorrência de condições de tempo adversas, que cada vez são mais fre-

quentes no nosso Concelho, questionou se tal situação já era do conhecimento do Executivo Camarário e se já estavam a ser tomadas as medidas necessárias de precaução, com o seu corte ou tratamento, antes que pudesse acontecer algum acidente com a queda daquelas árvores. —————

————— *Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Após cumprimentar os presentes, apresentou duas congratulações, uma ao Executivo pelos bons resultados obtidos no estudo “Qualidade da Governação Local”, promovido pela Fundação Francisco Manuel dos Santos especialmente no “Acesso e Regulação do Mercado” e no “Estado de Direito e Prevenção da Corrupção”, e outra para parabenizar o Presidente da Junta de Freguesa de Oliveira do Conde por ter reunido as condições, junto de alguns pastores, para a não aplicação do glifosato em zonas de passagem de gado, na localidade de Fiais da Telha. Disse esperar que os próximos passos fossem o de sinalizar essas mesmas zonas e, ainda que esta Assembleia tenha chumbado uma moção nesse sentido, que se comesçassem a dar sinais claros de que existe vontade política para alterar a situação. —————

————— Mudando de assunto, referiu que o alerta que queria apresentar era comum à maioria dos municípios do Interior do País, porquanto várias estações dos CTT estavam a ser encerradas, sendo que, nestes últimos meses, só no distrito de Viseu se constatara o encerramento das estações de correios de Tabuaço, Armamar, São João da Pesqueira e de Oliveira de Frades, bem como a de Aguiar da Beira, que não pertence ao distrito de Viseu. — —————

————— Salientou que a concessão feita tinha sido lesiva para as populações dos territórios de baixa densidade e a empresa concessionária não estaria, porventura, a cumprir o contrato, o que até já tinha proporcionado a que várias comunidades intermunicipais tivessem avançado com providências cautelares para evitar os respetivos encerramentos. Demonstrou preocupação e pediu as necessárias cautelas à Câmara Municipal para estar

atenta em relação à estação de Carregal do Sal, pedindo mais informações sobre este assunto à Câmara Municipal. —————

————— Um outro assunto, estava diretamente relacionado com a necessidade de reconstrução de habitações não permanentes, na sequência dos incêndios de outubro de dois mil e dezassete, porquanto grande parte dessas casas pertence a emigrantes, questionando se a autarquia carregalense providenciou as medidas adequadas para recorrer ao financiamento de apoio à reconstrução dessas habitações, cujo prazo terminara em trinta de novembro, que lhe parecia bastante transparente e democrático, necessitando apenas de uma regulamento capaz para o efeito. —————

————— *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Após a apresentação de cumprimentos, começou por endereçar os parabéns à Queijaria Flor da Beira pela distinção com a medalha de ouro, pela produção do Melhor Queijo de Ovelha Curado Amanteigado, ano de dois mil e dezoito. Parabenizou, igualmente, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal, pela inauguração do Museu António Duarte dos Santos. Desejou à Vereadora Cristina Borges os melhores êxitos no seu novo mandato como Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. —————

————— Fez referência à constituição da nova EIP – Equipa de Intervenção Permanente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cabanas de Viriato, que a par da de Carregal do Sal, se revestia de capital importância ficando, assim, o concelho dotado de duas equipas de primeira intervenção, traduzindo mais segurança aos cidadãos na proteção das suas vidas e bens. —————

————— Concluiu a sua intervenção, abordando dois assuntos mais: Congratulou-se pela boa classificação obtida pela Câmara Municipal, no que diz respeito à governação autárquica, efetuada por uma entidade independente. As iluminações de Natal, apesar de bastante singelas, são de muito bom gosto. —————

——— *António Manuel Lopes Batista* – Após a apresentação de cumprimentos, afirmou que na sua intervenção iria abordar quatro questões de ordem viária. A primeira, tinha a ver com a necessidade de se proceder à marcação do eixo central e das guias laterais das estradas da Vila de Carregal do Sal, em direção a Oliveirinha e a Santa Comba Dão, pois a existente era nula ou de muito pouca visibilidade. A falta de iluminação ao longo da via e a falta de passeios dificulta a circulação e traz um risco acrescido para os cidadãos e automobilistas. Exemplificou que o troço entre Oliveirinha e Carregal do Sal, na zona das “pedras brancas”, na curva acentuada que ali existe, não tem nas imediações qualquer luminária, pelo menos num raio de trezentos metros, o que constitui uma dificuldade acrescida na época de inverno e das chuvas. A segunda, tinha a ver com o estado das pontes que servem o nosso Concelho, questionando se o Executivo Camarário sabia se tais pontes oferecem segurança e se são objeto de algum controlo e ou vistorias, de forma a acautelar a segurança na sua passagem de cidadãos e automobilistas. A terceira, prendia-se com a existência de “lombas”, provenientes de raízes de árvores, na estrada de ligação de Carregal do Sal – Pinheiro, que dificultavam e transtornavam muito a circulação naquela zona, sendo urgente a respetiva intervenção. A última questão estava relacionada com os temporizadores dos semáforos da conhecida Rotunda de Currelos e também os de Cabanas de Viriato, na medida em que o tempo de espera era, na sua ótica, demasiado e porventura não era adequado ao trânsito que por ali passava, pedindo a necessária retificação.

——— *Carlos Alexandre Pais Baptista* – Após a apresentação de cumprimentos, solicitou ao Executivo Camarário, face a alguns comentários que tinham chegado ao seu conhecimento, a explicação e esclarecimento sobre a tramitação da atribuição dos subsídios ao Movimento Associativo. Face à intervenção do membro Manuel António, referiu que é do seu conhecimento e também das restantes Juntas de Freguesia, que os quinze

ecopontos enterrados se destinam à Vila Sede do Concelho e que os que saírem vão ser distribuídos ou redistribuídos pelas Freguesias, em que a de Beijós também vai ser contemplada. Salientou que no caso da sua Freguesia, não desejava ecopontos enterrados, mas sim dos outros, com maior capacidade, obviando e complementando os que se encontram colocados atualmente. _____

_____ *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Após a apresentação de cumprimentos, afirmou que iria colocar algumas questões ao Executivo Camarário. Perguntou em que ponto de situação estava a climatização do Centro Educativo Nuno Álvares. Fez idêntica pergunta relativamente aos transportes escolares, pretendendo saber se existia alguma possibilidade/abertura para alteração de horários. No que se refere aos alunos que frequentam o ensino articulado, ou seja, os que frequentam o Conservatório de Música e Artes do Dão, em Santa Comba Dão, questionou se a Câmara Municipal poderia suportar a despesa com o transporte desses alunos, nomeadamente nas tardes de quarta-feira, na medida em que os pais têm algumas dificuldades em os transportar. Concluiu a sua intervenção, questionando sobre o ponto de situação das Áreas de Reabilitação Urbana e se estava prevista a constituição de novas ARU, situação que se mostrava oportuna, nomeadamente nas localidades mais atingidas pelos incêndios florestais de outubro de dois mil e dezassete. _____

_____ *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Após a apresentação de cumprimentos, começou por questionar o Executivo Camarário sobre se existia alguma evolução no concernente à redução do preço do metro cúbico da água do sistema de abastecimento público. Ainda sobre o mesmo assunto, questionou se ainda existiam condutas, que estivessem ao serviço, e que fossem de fibrocimento. _____

_____ De seguida, congratulou-se com a constituição da EIP – Equipa de Intervenção

Permanente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cabanas de Viriato. _____

_____ À semelhança da intervenção do líder do Partido Socialista, Paulo Catalino, também ele e a bancada do Partido Social Democrata parabenizava o Executivo Camarário nas mesmas questões apresentadas. Quanto à classificação obtida pela Câmara Municipal, disse enaltecer tal distinção, mas não pretendia deixar passar em claro a importância da leitura do capítulo das recomendações, onde se podia verificar a importância e atenção que deve ser dada à Oposição, no âmbito da gestão autárquica. _____

_____ Mudando de assunto, questionou o Executivo Camarário relativamente ao ponto de situação da recuperação das casas de habitação não permanente, destruídas nos incêndios de outubro de dois mil e dezassete, pretendendo saber qual a resposta dada a um *email* que o município Paulo Correia tinha endereçado à Câmara Municipal sobre este assunto. –

_____ Concluiu a sua intervenção, referindo-se a uma situação que o entristecia e que deveria entristecer a todos, porquanto numa assembleia intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, os presidentes das câmaras abrangidas pela assistência especializada do Centro Hospitalar Tondela Viseu, tinham prescindido de verbas estruturais, com o intuito das mesmas serem canalizadas para as obras de remodelação da urgência do Hospital de Viseu. A obra não foi executada dentro dos prazos devidos, situação que conduziu ao prolongar dos trabalhos e a consequente cativação de verbas, com prejuízo evidente para os utentes dos serviços abrangidos por esta unidade hospitalar, situação que o levou a considerar ser este mais um desinvestimento no Interior do País, contribuindo para ampliação da desertificação. Alertou para a necessidade de se acabar com a classificação de cidadãos de primeira e de segunda, apelando à solidariedade de que tem de a promover. _____

———Esgotado o período destinado aos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal para responder às questões suscitadas.———

———*Presidente da Câmara Municipal* – Ao membro Manuel António, informou que após a aprovação do anteprojecto da Casa do Passal pela Direcção Geral da Cultura, tinham sido mandados elaborar o projecto final, com inclusão das especialidades, e o projecto de execução da empreitada, que já tinha sido entregue, estando prevista para data próxima, em dia ainda a agendar, a sua apresentação pública, com a presença da equipa dos Arquitectos responsáveis. Quanto à candidatura, informou que a mesma estava a ser preparada, carecendo, ainda da aprovação da Direcção Geral da Cultura, relativamente ao projecto final. Aproveitou para informar que, para além da Casa do Passal, a Câmara Municipal apresentou candidaturas ao nível da eficiência energética, para as Piscinas Municipais e para a Biblioteca Municipal. A Ecovia/Ciclovía de Carregal do Sal já estava aprovada. Para o espaço envolvente ao Mercado Municipal estava também a ser preparada uma candidatura, no âmbito da requalificação daquele espaço, evidenciando que todas as candidaturas pendentes teriam de dar entrada até ao dia vinte e sete do corrente mês. Acerca da ETAR de Currelos informou que a Câmara Municipal estava a aguardar o visto prévio do Tribunal de Contas. Quanto à construção dos outros cinco subsistemas, reiterou a posição da Câmara Municipal de que os mesmos iriam ser feitos pela empresa intermunicipal, carecendo, no entanto, da aprovação da Assembleia Municipal. Recordou que a posição que a Câmara Municipal defendia para que a realização das empreitadas fosse feita pela empresa intermunicipal tinha a ver com a linha seguida pelo Governo sobre esta matéria e pelo facto da comparticipação ser bastante mais significativa. Relativamente à Fundação José Nunes Martins informou que aguardava pela aprovação da candidatura oportunamente apresentada, ou então a Fundação avançava com as obras, situação que não era muito viável, porque a instituição não dispunha de verbas para o efeito. Disse ter ficado

desagradado com a forma como o membro da Assembleia Municipal se tinha referido aos seus discursos, bem como pela afirmação de que os membros do Governo, quando visitam o Concelho, vinham proceder a inaugurações e participar em eventos e que para além de nada trazerem, ainda levavam as bagageiras cheias de prendas. No concernente à instalação dos ecopontos enterrados, começou por afirmar que a Câmara Municipal não era rica e que na instalação dos ecopontos enterrados tinha de se começar por algum lado, por não ser possível fazer tudo de uma só vez. A instalação decorre de uma candidatura e a comparticipação não deu para ir mais além, evidenciando que os contentores de resíduos sólidos urbanos foram adquiridos a expensas exclusivas desta Câmara Municipal.–

———Ao membro Elisabeta Caldeira respondeu que os serviços estavam a acompanhar a situação dos treze sobreiros existentes no Parque Alzira Cláudio, em cooperação com técnicos de outras entidades, estando a ser feito o planeamento deste assunto, com inclusão do abate de alguns, caso venham a apresentar perigo, que não era o que se estava a passar na presente data.—————

———Ao membro Diego Garcia e no que ao encerramento das estações de correio diz respeito, afirmou que se a empresa cumprisse rigorosamente o que se encontra legislado, ou seja, de que ao pretender encerrar uma estação de correios garantisse o serviço num posto de correios, devidamente equipado e sem perda de qualidade, nada havia que dizer. Mas a verdade é que o se estava a passar não era bem isso. Informou estar agendada uma reunião para tratar deste assunto, com a presença da ANACOM – Autoridade Nacional das Comunicações e também com a presença do advogado da CIMVDL – Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, na tentativa de reverter o que está consagrado nas bases da concessão, para fazer face a alguns constrangimentos vividos por alguns municípios. Sobre a estação de correios de Carregal do Sal, a Câmara Municipal irá estar atenta.

Quanto ao tema das habitações destruídas pelos incêndios de outubro de dois mil e de-
zassete, de habitação não permanente, referiu que a maioria das mesmas eram casas
devolutas ou abandonadas, sendo necessário fazer um estudo rigoroso no sentido de ve-
rificar quais as situações a contemplar. —————

—————Ao membro António Batista, respondeu que eram muitas as vias a necessitar de
intervenção de marcações, tendo na sua posse um orçamento para todas as estradas, na
ordem dos quatrocentos e cinquenta mil euros. Disse que não havia possibilidade de as
fazer de uma só vez, havendo necessidade de priorizar e fasear, pelo que irão ser feitas as
mais prementes e necessitadas de intervenção, reconhecendo, no entanto, de que a reali-
zação destes trabalhos são de muita importância para a segurança rodoviária. Quanto à
estrada de ligação de Carregal do Sal a Pinheiro, disse que ao fim de uma série de anos
de um processo em Tribunal, visando as responsabilidades de reparação das estradas do
empreiteiro adjudicatário da empreitada, finalmente foi dada razão definitiva à Câmara
Municipal e existem agora condições para reparar as estradas, na medida em que a Câ-
mara Municipal foi ressarcida dos valores das cauções, sendo que com o processo a de-
correr não poderia ser feita qualquer reparação. Referindo-se à falta de passeios na es-
trada de ligação de Carregal do Sal a Oliveirinha, informou que existia já um projeto e que
dentro das possibilidades da Câmara iriam ser feitos, provavelmente no âmbito de uma
candidatura que irá abrir brevemente. Quanto às pontes que servem o Concelho, informou
que não tinha conhecimento de que as mesmas oferecessem qualquer perigo, mas a sua
manutenção não era da responsabilidade do Município, mas sim da Infraestruturas de
Portugal, registando a preocupação do membro da Assembleia Municipal. Ainda no que
diz respeito à segurança rodoviária e às “lombas” que eram geradas pelas raízes das ár-
vores, referiu que existe regulamentação municipal sobre esta matéria, mas que por vicis-
situdes várias não foi colocada em prática, reconhecendo, no entanto, haver necessidade

de precaver a não existência de vegetação e árvores ao longo das estradas, para obviar a este tipo de situações. Quanto à instalação e funcionamento dos semáforos, os mesmos revestem-se de muita importância nos locais onde se encontram instalados, contribuindo para a redução drástica dos acidentes, sendo os temporizadores, de acordo com as experiências feitas, são adequados aos fins pretendidos. _____

_____ Ao membro Sandra Cortês, informou ter na sua posse estudos/orçamentos sobre a climatização e que para obviar ao pretendido, a solução passa por um custo aproximado de cento e cinquenta mil euros, sendo necessário arranjar suporte financeiro para o efeito. Disse lamentar que a necessidade ora identificada não o tivesse sido aquando da realização da obra, o que salvaguardava a responsabilidade financeira da autarquia, já que esta suportaria apenas quinze por cento. _____

_____ Ao membro Casimiro Loureiro, respondeu que as negociações para a redução do preço da água do abastecimento público ainda estavam a decorrer com a concessionária, prevendo-se alguma dificuldade em encontrar um consenso, o que poderá originar o recurso aos tribunais. No que diz respeito às condutas de fibrocimento, disse existirem ainda pequenos troços na localidade de Sobral, que serão substituídas à medida que haja intervenção nas mesmas. Acerca da constituição da EIP – Equipa de Intervenção Permanente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cabanas de Viriato, informou que se iria deslocar a Leiria, no próximo dia dezanove do corrente mês e ano, para assinatura do protocolo e de outras formalidades. Concluiu a sua intervenção, informando que nem as Câmaras Municipais, nem a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões tinham prescindido de verbas estruturais a que se referiu, tendo pormenorizado a sua explicação e o que se tinha passado. _____

_____ *Vice-Presidente da Câmara Municipal* – Apresentou cumprimentos e dirigiu uma saudação especial, pelo seu regresso, ao membro Sandra Cortês. Começou por responder

à questão dos transportes escolares, tendo informado que estava a decorrer o procedimento de concurso e que as redes de transportes que hoje se encontram a operar seriam para manter, com a possibilidade de se prolongarem durante os doze meses do ano. Quanto ao ensino articulado disse que as preocupações dos pais eram conhecidas e há muito que tinham sido envidados esforços no sentido de as ultrapassar, nomeadamente no campo dos transportes, situação que não foi de fácil resolução em virtude da indisponibilidade das operadoras locais de disporem de meios para os realizar. No que diz respeito às Áreas de Reabilitação Urbana disse ter concordado com a opinião que emitiu, mas a verdade é que a legislação tinha sido publicada em dois mil e nove e tinha sido esta Câmara Municipal a iniciar o processo de criação das ARU, já que os anteriores Executivos Camarários sobre esta matéria, tida como muito importante, nada tinham feito. —————

—————Para responder ao membro Carlos Baptista, socorreu-se de um trabalho elaborada previamente em *power point*, para ilustrar o desenvolvimento dos apoios atribuídos às associações ao longo dos últimos anos, referindo que a temática em apreço já anteriormente tinha passado por uma reunião da Câmara Municipal, em que os Vereadores do Partido Social Democrata tinham proposto o aumento dos subsídios às associações, em percentagens de vinte e cinco por cento para as associações humanitárias e assistenciais e de vinte por cento para as associações com atividades relevantes. Recordou que foi no tempo da maioria do Partido Social Democrata que o regulamento de atribuição de subsídios foi elaborado, tendo havido, nos mandatos desta Câmara Municipal, um incremento de melhoria que incidiu na base regulamentar, o que iria ser reforçado no ano de dois mil e dezanove, e também nos montantes atribuídos que foram sucessivamente aumentados, de forma a dignificar o papel das associações. Com o recurso ao citado trabalho, deu conta dos montantes atribuídos às associações, humanitárias, assistenciais e outras,

tendo identificado um período em que os montantes foram reduzidos sendo responsável pelo respetivo pelouro, na altura, o Vereador Óscar Paiva, o que o levava a estranhar a posição agora tomada pelos Vereadores da Oposição de pretenderem uma subida dos apoios, sem se preocuparem de onde seria possível garantir verbas. Realçou a discordância feita pelos Vereadores do Partido Social Democrata na atribuição de uma verba aos Três Santos Populares, superior à da Delegação de Oliveira do Conde da Cruz Vermelha Portuguesa. Ilustrou que a situação era idêntica ao que já tinha acontecido no período em que o Vereador Óscar Paiva era responsável pelo pelouro. Acrescentou o facto de, numa altura em que se fala muito do Clube de Futebol de Carregal do Sal, também na vigência do Vereador Óscar Paiva, de ter sido atribuído um subsídio de quarenta mil euros, quando esta coletividade só tinha em competição uma equipa sénior, comparando essa situação com a situação atual, que tem um significativo número de equipas em competição, muitos do escalões de formação. Concluiu a sua intervenção, referindo que quando os Vereadores do Partido Social Democrata apresentaram as propostas de aumento dos subsídios, lhes foi colocada a pergunta se a proposta seria para aplicar no corrente ano ou se no ano de dois mil e dezanove. Disse terem obtido a resposta de que seria para aplicar no imediato, o que só seria exequível se houvesse redistribuição do bolo ou se pudéssemos ir buscar verbas a outras rubricas. Questionados os Vereadores do Partido Social Democrata, estes nada adiantaram sobre o assunto, pelo que a proposta apresentada pela maioria foi colocada em votação e aprovada por maioria (três votos a favor e dois votos contra). Deu a conhecer, de seguida, a sua declaração de voto tomada na reunião de Câmara Municipal, que ilustrava bem o que se tinha passado. _____

_____O Presidente da Assembleia abriu novo período de inscrições. Inscreveram-se para usar da palavra os membros Sandra Cortês, Manuel Santos e Paulo Catalino. _____

_____ *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Usou da palavra para, relativamente aos

transportes para o CMAD – Conservatório de Música e Artes do Dão, referir que quando há vontade política, existem sempre possibilidades de encontrar soluções. Perante a incompatibilidade das operadoras existiam outras alternativas que poderiam ser equacionadas.—

———*Manuel António Tavares Santos* – Em resposta ao Presidente da Câmara, afirmou que a educação que os seus pais lhe deram, permitia reconhecer quando, com as suas palavras poderia ferir alguém, o que não foi sua intenção. Assim, se a expressão bagageira cheia de prendas ofendeu o Executivo Camarário, apressou-se a pedir desculpa, pois não foi essa a sua intenção. No que diz respeito à intervenção do Vice-Presidente, a propósito da atribuição de subsídios, afirmou que o mesmo tinha feito trabalho de casa e muito bem. Disse não concordar que se esteja sistematicamente a falar de coisas do passado. Era importante ter uma visão do presente e do futuro e, nesse sentido, os Vereadores e a bancada do Partido Social Democrata tinham apresentado uma proposta de aumento dos subsídios que a maioria legitimamente não aceitou. Não podia era ser dito que o Partido Social Democrata não queria o melhor para as associações. E recordando as diversas alterações e revisões havidas no ano de dois mil e dezoito, com a inclusão da retirada de verbas das ETAR, transferindo-as para outras obras, ações e iniciativas, questionou porque razão não poderiam ser retirados quarenta a cinquenta mil euros mais para as associações.—

———*Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Usou da palavra para afirmar que a bancada do Partido Socialista era a favor do Movimento Associativo, no sentido de que devem ser impulsionadas todas as atividades, multifacetadas e que profusamente são realizadas por todo Concelho, e a Câmara Municipal deve envidar todos os esforços no sentido de poder ajudar as associações no desenvolvimento das suas atividades. Relativamente à proposta que foi apresentada pelo Partido Social Democrata, considerou a

mesma de populista e como que a querer atirar areia para os olhos das pessoas, na medida em que nos anos referenciados no trabalho apresentado pelo Vice-Presidente da Câmara, a governação pertencia ao Partido Social Democrata, pelo que convidou o Vereador Óscar Paiva a usar da palavra em nome da transparência e também para defesa da sua honra, esclarecendo os critérios que conduziram ao modo de atribuição dos subsídios então posto em prática. _____

——— *António Óscar de Almeida e Paiva* – Começou a sua intervenção para apresentar cumprimentos e agradecer as palavras do membro Paulo Catalino, mas já era sua intenção usar da palavra e não era a honra que estava em causa. Disse que os anos referenciados eram outro tempo e nesse tempo houve também subidas na atribuição dos apoios. A partir de dois e mil e nove, como o Vice-Presidente da Câmara quis dar a entender que estaria no Executivo Camarário, esclareceu que não esteve no Executivo Camarário de dois mil e nove a dois mil e treze. Esteve o Partido Social Democrata, mas ele não fazia parte do elenco governativo, pelo que não teve qualquer responsabilidade na atribuição dos subsídios nesse período. Disse não pretender aligeirar, nem afirmar que o Partido Social Democrata não tinha responsabilidades, referindo que nos mandatos em que tinha estado, com a responsabilidade do pelouro associativo, tinha havido uma preocupação permanente de aumentar os subsídios das associações, nomeadamente as que tinham trabalho feito atividades relevantes para o Concelho. Prosseguiu, referindo que as associações são, na sua ótica e provavelmente também dos presentes, um ativo importante para o desenvolvimento do Concelho, pois através da dinamização das pequenas localidades têm uma missão importante face à desertificação que se verifica e tinha sido, nessa perspetiva, que o Partido Social Democrata tinha apresentado a sua proposta, sabendo que a Câmara Municipal estava a apoiar, mas que o poderia fazer mais, reforçando, no imediato, as verbas atribuídas. Disse que quem o conhece sabe que não é populista, tendo já dado

provas nesse sentido, pretendendo isso sim o melhor para o Concelho, pelo que, no seu entendimento, não era com acusações, nem com prendas de Natal que tinha recebido e que o tinham desgostado por as considerar indignas de qualquer político. Concluiu a sua intervenção, referindo que o tempo é outro, o contexto de atuação das associações é outro e o Partido Social Democrata tem legitimidade para apresentar as propostas que entender fazer. Disse que, na sua ótica, a proposta apresentada era perfeitamente exequível e, tal como referiu o membro Manuel Santos existe sempre a possibilidade de fazer alterações e revisões, sem haver a preocupação de se saber de onde é que se tira para reforçar este ou aquele apoio. O Partido Social Democrata entende que se deve dar às associações as condições para continuarem a manter, em cada uma das povoações, o seu papel de agentes dinamizadores do desenvolvimento do Concelho. Os Vereadores colocaram-se, inclusive, à disposição para repensar a política de atribuição de subsídios, com a alteração do regulamento em vigor se for o caso e de outras práticas que necessitem de aperfeiçoamento. Concluiu a sua intervenção, referindo que o que tinha sido apresentado e dito pelo Vice-Presidente da Câmara, não o tinha ofendido e ferido na sua honra, apenas não tinha gostado da prenda de Natal que lhe tinha sido feita pelo Vice-Presidente da Câmara, nomeadamente do “memofante” mas que sobre esse assunto iria dialogar com o mesmo oportunamente. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para referir que o Vereador Óscar Paiva disse que era exequível, mas não o era efetivamente, a não ser que se tirassem verbas de outras associações e ou de rubricas de certas obras que ficaram adiadas. Inclusive, na sequência da apreciação deste assunto, em reunião de Câmara, o Vereador Toni Serge referiu que eventualmente se poderia tirar do alcatroamento das ruas, por entender que este não seria prioritário, ao que lhe respondeu que diariamente recebe recla-

mações de pessoas que pretendem ver as suas ruas alcatroadas e que as que foram contempladas foram indicadas como prioritárias pelos Presidentes das Juntas de Freguesia. Terminou, perguntando se o alcatroamento não era prioritário nessa reunião, porque é que na reunião seguinte, o Vereador Óscar Paiva propôs que fossem alargados os trabalhos de alcatroamento de entradas para as habitações a toda a rua que liga o cruzamento da Escola Nuno Álvares a Vila Meã. _____

_____ *Vice-Presidente da Câmara* – Usou da palavra para, na sequência da intervenção do Vereador Óscar Paiva, afirmar que de facto eram outros tempos e o valor do FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro era, na altura, substancialmente mais elevado, quando comparado com o atual. Clarificou que a maioria nunca afirmou que as verbas atribuídas às associações eram as necessárias para o desenvolvimento das suas atividades, por isso se chamam apoios, mas o que era visível foi de que existiu um incremento sucessivo e aumento dos apoios prestados. Relativamente à parte final da intervenção do Vereador Óscar Paiva, afirmou que este tinha deturpado o sentido da sua intervenção, porquanto não lhe tinha feito a entrega de nenhum medicamento para problemas de memória, designado por “memofante”, esclarecendo que o que tinha feito foi a entrega de duas prendas aos Vereadores do Partido Social Democrata, uma referente à cópia da escritura e dos estatutos da Associação de Municípios do Planalto Beirão e outra que era um aconselhamento de auxiliar de memória, que iria ser, na sua perspetiva, muito importante ao Partido Social Democrata, nos tempos que correm e no futuro próximo. Disse que, para não haver deturpação, tinha redigido a sua intervenção, que foi transcrita em ata da respetiva reunião, à semelhança da prática seguida nesta Assembleia pela bancada do Partido Social Democrata, tendo, de seguida, procedido à sua leitura para justificar o que tinha afirmado. —

_____ *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para desafiar o Vice-Presidente da Câmara a dizer qual foi o membro da bancada do Partido Social Democrata que

deturpou alguma vez as suas palavras nesta Assembleia. Relativamente ao quadro em *power point* que toda a gente sabe fazer, disse que também lhe poderia recordar que os subsídios começaram a descer e tudo começou a descer em dois mil e nove, nas vésperas da entrada da Troika que o partido do Vice-Presidente da Câmara Municipal generosamente conseguiu trazer. _____

_____ *Vice-Presidente da Câmara* – Usou da palavra para referir que não pertencia a nenhum partido e que o que quis dizer foi de que o Vereador Óscar Paiva não tinha compreendido o sentido da sua intervenção. Solicitou, em consequência, para que não fossem colocadas na sua pessoa palavras que não tinha dito. _____

_____ Esgotado o período de antes da ordem do dia, o Presidente da Assembleia Municipal informou que se iria entrar na ordem do dia. _____

ORDEM DO DIA

2. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA

_____ APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente à informação escrita acerca da atividade municipal e da situação financeira do Município, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do número dois, do artigo vigésimo quinto, do anexo à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. _____

_____ *Vice-Presidente da Câmara* – Por sugestão do Vice-Presidente da Câmara e com o acordo unânime do plenário, a Câmara Municipal prescindiu da apresentação deste ponto, colocando-se à disposição para responder a questão que pudessem subsistir. _____

———Não tendo sido registadas quaisquer inscrições para debate deste ponto, o Presidente da Assembleia Municipal deu por apreciado este ponto da ordem do dia. ———

———**3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**———

———**3.1. EIMAR – EMPRESA INTERMUNICIPAL**———

———CONSTITUIÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA EIMAR – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE ÁGUAS RESIDUAIS, EIM, SA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ———

———O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente à constituição e participação do município de Carregal do Sal na EIMAR – Empresa Intermunicipal de Águas Residuais, EIM, SA. ———

———*Presidente da Câmara* – Usou da palavra para apresentar e justificar este ponto da ordem do dia. Referiu-se especialmente à reunião havida com o Secretário de Estado do Ambiente e às diretivas de Bruxelas, no sentido das câmaras municipais constituírem empresas intermunicipais para garantir melhores comparticipações no financiamento das candidaturas para a realização dos sistemas de tratamento de águas residuais. Assim, se as ETAR (exceto a de Currelos) forem construídas no âmbito das atribuições da empresa intermunicipal será muito mais rentável para os municípios envolvidos, quer na construção, quer na manutenção, já que os técnicos necessários serão pagos pelos cinco municípios envolvidos. Disse que o que estava a ser discutido era apenas a intenção do município de Carregal do Sal integrar ou não a empresa intermunicipal, necessitando de deliberações de aprovação da Câmara e da Assembleia Municipal. A constituição terá de passar pelo crivo prévio da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e do Tribunal de Contas. Após a aprovação destas entidades, o assunto voltará a reunião de Câmara e a sessão da Assembleia Municipal, já com toda a documentação necessária. Referiu que o Partido Social Democrata fez veicular uma notícia que não cor-

responde à verdade, verificando-se uma confusão entre o que é a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão e o que é a empresa Águas do Planalto, afirmando que nunca tinha criticado a Associação, mas sim a Águas do Planalto, face, nomeadamente às consequências do aditamento ao contrato de abastecimento de água, celebrado em dois mil e sete, que tantos prejuízos causou aos utentes deste serviço público. A nova empresa intermunicipal nada tem a ver com a empresa Águas do Planalto, trata-se de uma empresa pública, que não pode ter capitais privados e que será gerida pelos cinco municípios envolvidos. Concluiu, reafirmando que o que estava em causa era se o município de Carregal do Sal pretende ou não aderir à empresa intermunicipal em causa.—

—Após esta explicação, o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o espaço de debate, aceitando inscrições.—

—*Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para dizer que a bancada do Partido Social Democrata tinha alguma dificuldade em compreender a necessidade de criação de uma nova empresa. Mas aceitava como boas as explicações dadas pelo Presidente da Câmara. No entendimento da bancada, deveria haver documentação que permitisse, de forma inequívoca, a fundamentação da necessidade da criação da empresa intermunicipal que ficará com a responsabilidade da construção das ETAR nos cinco municípios. Vai haver despesa acrescida, certamente, com a criação desta empresa e são os munícipes que vão suportar esses encargos. Apresentou a questão de, estando todos massacrados com o mencionado contrato de adenda das Águas do Planalto, se não seria aventureirismo dar este passo. Se não seria correr riscos desnecessários? Porque ninguém, certamente, queria voltar a hipotecar uma autarquia como aconteceu anteriormente, situação sobre a qual já tinha dado a mão à palmatória. Face ao exposto, a bancada do Partido Social Democrata iria votar contra.—

————— *Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Usou da palavra para afirmar que o Bloco de Esquerda considerava importante e urgente encontrar uma solução viável a médio e longo prazo e uma solução efetiva a curto prazo, já que o estado da maioria das ETARs dos cinco concelhos envolvidos neste processo (Carregal do Sal, Tábua, Santa Comba Dão, Tondela e Mortágua) era lamentável; um bom número delas não estava a funcionar corretamente ou simplesmente estão inoperacionais, o que resulta num prejuízo enorme para os cursos de água do concelho de Carregal do Sal e concelhos limítrofes e, em consequência, para a fauna e a flora dos mesmos. O Bloco considerava a resolução deste problema urgente. Disse que, mesmo assim, não se poderia deixar de considerar a proposta aqui apresentada como bastante dúbia, pouca esclarecedora e com algumas perigosidades. Não se sabia o que estava projetado para os Sistemas de Tratamento de Águas Residuais nos cinco concelhos, se seria requalificações e ampliações das ETARs já existentes ou construção de novas ETARs intermunicipais sendo esta última solução de difícil realização devido ao tamanho do território por número de habitante. As informações eram poucas, não havia acesso aos oito importantes anexos que estão consagrados no capítulo I da minuta do contrato de gestão delegada, anexos com dados esclarecedores e indicativos tais como os objetivos estratégicos para a EIMAR, as principais iniciativas estratégicas ou a afetação de bens municipais. Seria contraproducente votar a favor de um assunto tão importante sem se saber realmente informações tão necessárias. Assim sendo e face a todas estas dúvidas, o Bloco de Esquerda vai-se abster neste ponto. —————

————— *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Usou da palavra para fazer a defesa da proposta apresentada. Afirmou que a bancada do Partido Socialista vai votar favoravelmente por várias ordens de grandeza que passou a enumerar. Assim, é importante a sua realização na perspetiva de que ela possa ser financiável. Recordou que estão em causa seis ETAR, uma que vai ser comparticipada pelo Estado em oitenta e cinco por cento e

cinco outras que teriam uma comparticipação na ordem dos quarenta por cento. Com a empresa intermunicipal a comparticipação seria na ordem dos oitenta a oitenta e cinco por cento. Se isto não é razão, do ponto de vista financeiro, para ter por parte do Governo mais comparticipação e em maior escala, disse não saber que mais razões poderia haver a este nível. Depois existe a manutenção. Não basta construir, depois é preciso pensar na conservação, limpeza e manutenção. Falamos de dois ou três engenheiros (por exemplo) no total para os cinco municípios. Caso assim não fosse, teria de a Câmara Municipal de pagar a um ou dois engenheiros só para o Concelho de Carregal do Sal e os restantes municípios teriam de fazer o mesmo. Há, sem dúvida, melhor gestão dos recursos humanos também. A criação da empresa intermunicipal é, assim, uma mais valia. Disse não compreender o alarmismo, nem o voto contra, que, necessariamente, tem de ser explicado à população, dando conta das razões que levaram o Executivo Camarário a optar pela criação da empresa intermunicipal. —————

—————Relativamente à posição do Bloco de Esquerda referiu que este partido tem alguma dificuldade na transferência de responsabilidade para a esfera privada. Alguns exemplos menos bem conseguidos poderão estar associados a essa dificuldade, tendo recordado que foi o Partido Social Democrata que privatizou os correios e agora existem alguns constrangimentos ao nível da previsão de encerramento das estações de correios.

—————Todavia, referiu que ou se assume o risco em prol das populações ou então escondemo-nos atrás da porta. Afirmou que a bancada do Partido Socialista diz sim à proposta apresentada, por entender a sua clareza e transparência e por entender que esta possa ser a que melhor poderá resolver os problemas dos cinco municípios envolvidos. Não vota contra, escondendo-se atrás da moita. Com a construção das ETAR, os municípios são chamados a pagar um pouco mais, mas isso será uma inevitabilidade quer haja

construção das ETAR ou não. Concluiu, referindo que neste momento delicado para o Concelho, a bancada do Partido Socialista responde afirmativamente, sabendo que o processo terá de voltar à Câmara e à Assembleia Municipal, já instruído com toda a documentação. Nesta fase de grande importância, a bancada do Partido Socialista não se esconde, assume. _____

_____ *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para afirmar que a bancada do Partido Social Democrata não estava a esconder nada atrás da moita. O que a bancada do Partido Social Democrata pretendia saber foi qual tinha sido o critério de informação nesta Assembleia Municipal, porquanto não tinha conhecimento de que se for a Câmara Municipal a candidatar-se tem um financiamento de quarenta por cento e se for a entidade intermunicipal essa comparticipação é de oitenta a oitenta e cinco por cento. Reagindo a estas palavras, elementos da Câmara e da Assembleia Municipal referiram que tal informação já tinha sido prestada anteriormente, ao que este elemento da assembleia retorquiu dizendo que não tinha qualquer documento nem se recordava de ter ouvido essa informação. Concluiu, dizendo que a bancada vai continuar com a sua convicção de que para a melhor defesa dos munícipes é votar contra. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para afirmar que quem não estava a esconder nada era o próprio, porquanto se fizer algo de mal também o ia fazer aos filhos. Recordou que Partido Socialista e o Partido Social Democrata, em Tondela, aprovaram por unanimidade e porque é que foi assim lá e não o é aqui. Afirmou que os preços vão aumentar, quer a Câmara Municipal esteja sozinha, quer pertencendo à empresa intermunicipal. Recordou que num dos últimos mandatos da governação do Partido Social Democrata tinha votado contra a proposta de privatização de entrega das águas residuais à empresa Águas do Planalto, numa situação que nada tem a ver com a presente proposta. Disse, por último, que se a constituição da empresa vier a ser chumbada e se

não forem construídas as ETAR, num futuro próximo, alguém terá de ser chamado à responsabilidade, face a calamidades que vão continuar a acontecer ao nível ambiental. —

——— *Vice-Presidente da Câmara* – Usou da palavra para clarificar que o que estava a ser aprovada a intenção de pertencer a uma empresa intermunicipal para, após aprovação prévia da ERSAR e do Tribunal de Contas, voltar à Câmara e à Assembleia Municipal, para aprovação definitiva da participação na EIMAR – Empresa Intermunicipal. —————

——— Esgotado o período de debate, o Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: —————

——— Contra – 5 (cinco) votos; —————

——— Abstenção – 2 (dois) votos; —————

——— A favor – 13 (treze) votos. —————

——— A Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com cinco votos contra dos membros Manuel Santos, Casimiro Loureiro, Elisabeta Caldeira, António Batista e Sandra Cortês, duas abstenções dos membros Diego Garcia e Alípio Simões e treze votos a favor dos restantes membros, a proposta apresentada pela Câmara Municipal referente à constituição e participação na EIMAR – Empresa Intermunicipal de Águas Residuais, EIM, SA, à base programática dos respetivos estatutos e ao modelo de agregação e de gestão delegada da recolha e tratamento de águas residuais, para a prestação de serviços de saneamento de águas residuais urbanas entre os municípios de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. —————

——— A bancada do Partido Social Democrata apresentou declaração de voto, nos seguintes termos: —————

——— “DECLARAÇÃO DE VOTO —————

——— A Bancada do PSD da Assembleia Municipal de Carregal do Sal, relativamente à

constituição e participação na EIMAR – Empresa Intermunicipal de Águas Residuais, EIM, SA, vota contra a sua constituição pelos factos seguintes:_____

_____1 – Nada justifica a criação de uma nova empresa com capitais públicos e de direito privado, com o intuito de efetuar a construção/reestruturação das ETARs mediante crédito a conceder;_____

_____2 – A criação desta nova empresa vai acarretar um volume de despesa, nomeadamente com o funcionamento dos seus órgãos sociais que têm que ser suportados por todos os municípios, o que obviamente não é benéfico;_____

_____3 – Até ao dia 30-09-2017, foi garantido pelo PS que o assunto das ETARs do Concelho de Carregal do Sal se encontrava com o seu financiamento devidamente assegurado, constatando-se agora que isso não passou de mera retórica política;_____

_____4 – A falta de um conjunto importante de anexos que permitam uma análise objetiva e séria sobre a criação desta empresa; _____

_____5 – O facto de, à primeira vista, se tratar de uma Parceria Público Privada, em tudo similar à que originou a concessão das águas de consumo humano, em 1991 pelo executivo CDS;_____

_____6 – Pelo facto de todos nós e obviamente os municípios estarem surpreendidos com o elevado preço que é cobrado pela água e que, no caso vertente, com toda a certeza se irá refletir igualmente com o preço do tratamento das águas residuais.”_____

_____3.2. **GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO**_____

_____GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) E PROPOSTA DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2019. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente às Grandes Opções do Plano (GOP) e Proposta do Orçamento para o ano de dois mil e dezanove. _____

——— *Vice-Presidente da Câmara* – Usou da palavra para apresentar e justificar este ponto da ordem do dia, com o recurso a um trabalho em *power point*, previamente elaborado. Referiu-se, entretanto, a diligências havidas, no âmbito da preparação e da receção de contributos por parte dos partidos, no caso do Partido Social Democrata e do Bloco de Esquerda, para as Opções do Plano e Orçamento. Disse que as propostas do Bloco de Esquerda estavam bem estruturadas e algumas foram aceites, o mesmo não acontecendo com as do Partido Social Democrata. Convidado a fazê-lo, após a primeira aprovação dos documentos previsionais, na reunião seguinte, o Partido Social Democrata não concretizou qualquer proposta daquelas doze que apresentou. Limitou-se a fazer uma lista com proposta e valores, mas sem concretização de enquadramento e de como podiam ser efetuadas e de onde se iria buscar o dinheiro para a sua concretização, pois para a sua exequibilidade terá de se ter em conta a previsibilidade de receitas. Pormenorizou, de seguida, cada uma das ações apresentadas, fazendo uma análise crítica acerca das mesmas, informando que uma parte significativa já se encontrava em orçamento. – —————

——— Apresentou, de seguida, os documentos previsionais, evidenciando que não iria haver, por parte da Câmara Municipal, recurso a empréstimos bancários para a execução das propostas constantes do orçamento; poderá ser mais morosa a sua concretização, de algumas obras e ações, mas não se iria recorrer a empréstimos. —————

——— Após esta explicação, o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o espaço de debate, aceitando inscrições. —————

——— *Manuel António Tavares Santos* – Usou da palavra para afirmar que a bancada do Partido Social Democrata tinha sido acusada, no ano de dois mil e dezoito, de não ter apresentado propostas e de ter votado contra, sem ter apresentado qualquer proposta

alternativa. Referiu, de seguida, que a apresentação das propostas do Partido Social Democrata tinham sido feitas em cima da hora, porque só no dia vinte e seis de outubro é que lhe tinham sido disponibilizados os respetivos documentos previsionais. Disse não ser esta a forma correta de fazer orçamentos, no que foi corroborado pelo líder do grupo municipal do Partido Socialista. As reuniões deveriam ser marcadas com antecedência para se poder discutir e contribuir para a elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano. A bancada do Partido Social Democrata este ano apresentou propostas e era criticada por as ter apresentado, mas como alegadamente não as concretizou, não valiam nada, não tinham qualquer cabimento. Referiu que não houve, isso sim, vontade política por parte do Executivo Camarário para inserir uma ou mais propostas apresentadas pela bancada do Partido Social Democrata. E como se costuma dizer “Somos presos por ter cão e presos por não ter”. Provavelmente, para o ano, a bancada do Partido Social Democrata não apresentará propostas. O Executivo é aquilo que quer. É aquilo que quer fazer. A propósito, ainda, dos documentos previsionais, na reunião do dia vinte e seis de outubro, questionou se o orçamento era o de dois mil e dezoito ou de dois mil e dezanove, pois era tudo igual e nada tinha sido feito. Não era razoável estar a adiar obras e a bancada do Partido Social Democrata iria continuar com o seu objetivo de defender os munícipes. Concluiu, agradecendo ao Vice-Presidente da Câmara o facto de ter lido as propostas do Partido Social Democrata, pois desta forma, o público ficou a conhecê-las. _____

_____ *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para, em complemento da intervenção anterior, afirmar que o Executivo Camarário adotava uma posição autista relativamente a tudo o que são propostas oriundas da bancada do Partido Social Democrata. Criou uma clivagem muito grande, pois os pontos de vistas das duas partes são muito diferentes. O Executivo está agarrado a uma atitude autoritária, pelo que a bancada do Partido Social Democrata iria vota contra. _____

———*Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Usou da palavra para informar que iria votar a favor das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano de dois mil e dezanove, deixando alguns alertas. O documento entregue pelo Executivo conta com duas propostas apresentadas pelo Bloco o que mostra a intenção da autarquia de avançar com a construção de um Centro de Recolha Oficial para Animais, uma obra que irá dignificar a vida dos animais que ali permanecem, mas também irá dignificar o trabalho dos funcionários que naquele local irão desempenhar funções ao trazer mais condições também para estas pessoas. Congratulou-se pelo facto do Executivo Camarário também ter anunciado que se iria candidatar as verbas disponibilizadas pelo Governo para a esterilização animal. A proposta do Executivo Camarário também conta com a intenção de criar um Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal. Depois de nomear os avanços que o Bloco de Esquerda considerava importantes, também deixou um alerta e mostrou disponibilidade, de futuramente, discutir a cobrança da derrama pelo nosso município a algumas empresas.———

———*Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Usou da palavra para começar por louvar a posição do Partido Social Democrata por ter apresentado propostas. Disse, de seguida, estar muito surpreendida pela forma como o Executivo Camarário, na pessoa do seu Vice-Presidente da Câmara leu as várias propostas apresentadas pelo Partido Social Democrata. Disse estar muito surpreendida com o tom de agressividade subjacente a todas as intervenções. Referiu serem vinte e três horas e trinta minutos e o plenário estava a discutir quase nada. Nada para bem dos munícipes. Tinha estado ausente, durante algum tempo, e não sabia o que se tinha passado ou então já não sabia o que se passava no plenário. Mencionou que não se revia no que se tinha passado. As sessões das Assembleias Municipais estavam a perder a qualidade de antes.———

———*Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Usou da palavra para afirmar que era importante saber que a política é feita de opções. Por muito que custe, quem ganha as

eleições, tem legitimidade para apresentar os seus orçamentos e daqui a três anos será eventualmente escrutinado. Pretendeu corrigir, de imediato, uma expressão do Presidente da Comissão Concelhia do Partido Social Democrata, pois não tinha dito que o método apresentado pelo Executivo Camarário para elaboração e apresentação do Orçamento não era correto; o que tinha dito foi de que era desejável que as bancadas tivessem acesso aos documentos com mais tempo de antecedência, de forma a visibilizar o agendamento de reuniões, a apresentação de contributos, entre outras ações. Em relação às Opções do Plano e Orçamento apresentados, a sua ideia é de que todos, a Câmara e as Juntas de Freguesia, gostariam de ter mais dinheiro para fazer mais obras, mas não era possível construir estes documentos previsionais sem que haja subtrações. Disse que desejava que as propostas do Partido Social Democrata tivessem a sua concretização e pudessem ser discutidas e incluídas. Mas reafirmava ser impossível fazer um orçamento de dois mais dois igual a quatro, sem saber onde é que se vão buscar os quatro. Não é possível fazer orçamentos onde só existe soma. A verdade é que no primeiro ano, a bancada do Partido Social Democrata não apresentou qualquer proposta. No segundo ano apresentou propostas sem concretização. Pode ser que no terceiro ano já concretizem e especifiquem onde se pode gerar receita para concretizar esta ou aquela proposta. Têm de assumir essa responsabilidade e não deverão vitimizar-se. _____

_____ Por outro lado, disse que existia da parte do Executivo Camarário firmeza nos seus atos, não hipotecando o futuro do Concelho e não endividando mais a Câmara Municipal. As bancadas só teriam de respeitar. Foi para isso que tinham eleitos e ainda bem que _____ assim
é. _____

_____ Concluiu, referindo que a bancada do Partido Socialista iria votar a favor. Gostaria de ir mais longe, mas a caminhada faz-se caminhando e assim dava o voto de confiança

ao Executivo Camarário e à sua governação.—————

————— *Presidente da Câmara* – Usou da palavra para referir que diga o que disser, a bancada do Partido Social Democrata não muda a sua opinião. Contudo, disse que não era possível fazer a entrega do Orçamento mais cedo, pois a Câmara Municipal está dependente de indicações e aprovações do Governo. Prosseguiu, afirmando que o que o Partido Social Democrata apresentou não eram propostas, ao contrário do que tinha feito o Bloco de Esquerda que foram incisivos e diretos. Concluiu, dizendo ter estado quatro anos na Oposição e nunca lhe ter dado as oportunidades que são dadas atualmente pela atual maioria à Oposição.—————

————— *Vice-Presidente da Câmara* – Usou da palavra para, relativamente à intervenção do membro Sandra Cortês, afirmar que não recebia lições de democracia, pois tinha vivido na pele aquilo que agora outros estavam a sentir. Convidou o membro Casimiro Loureiro a verificar o número de propostas indicadas pelo Partido Social Democrata, que foram acolhidas nas Grandes Opções e Orçamento para o ano de dois mil e dezanove.—— —————

————— *Sandra Cristina de Oliveira Cortês* – Usou da palavra para, sobre a matéria em questão, sugerir a definição de uma estratégia para o próximo ano.—————

————— *Manuel Tavares Santos* – Usou da palavra para responder ao Presidente da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista, afirmando que o que tinha compreendido das palavras proferidas na reunião do dia vinte e seis de outubro, foi de aquela não era a melhor forma de fazer um orçamento, pensava que foi isso que terá sido dito. Também disse que o Partido Social Democrata andava a abanar, mas referiu que não era verdade, pois tinha objetivos bem firmes e sempre que entenda votar contra fá-lo-á, não compreendendo, no entanto, que quando a bancada do Partido Social Democrata vota contra alguma coisa apresentada pela maioria, tal situação cria uma azia que não entendia.—————

——— *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – O membro Paulo Catalino, apesar de ter pedido inscrição, prescindiou do uso da palavra. —————

——— Esgotado o período de debate, o Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: —————

——— Contra – 5 (cinco) votos; —————

——— Abstenção – 1 (um) voto; —————

——— A favor – 14 (catorze) votos. —————

——— A Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com cinco votos contra dos membros Manuel Santos, Casimiro Loureiro, Elisabeta Caldeira, António Batista e Sandra Cortês, uma abstenção do membro Alípio Simões e catorze votos a favor dos restantes membros, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente às Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes) e a Proposta do Orçamento para o ano de dois mil e dezanove, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. —————

——— A bancada do Partido Social Democrata apresentou declaração de voto nos seguintes termos: —————

——— “DECLARAÇÃO DE VOTO —————

——— A Bancada do PSD da Assembleia Municipal de Carregal do Sal, relativamente às Grandes Opções do Plano e Proposta de Orçamento para o ano de 2019, vota contra pelos factos seguintes: —————

——— 1 – Apesar da postura construtiva por parte dos Vereadores do PSD, apresentando propostas para incluírem o orçamento, nenhuma delas mereceu acolhimento pelo executivo, apesar de, inequivocamente, se traduzirem num claro benefício para os municípios; —————

——— 2 – Porque se tratam de dois Documentos em tudo similares aos do ano que

agora finda e que se traduziram por uma quase paralisação das atividades do município;

———3 – Por se tratar de um documento que, claramente, não cumpre o programa com o PS se apresentou ao eleitorado;—————

———4 – Por se tratarem de documentos cuja execução e responsabilidade cabem em exclusivo ao Executivo pela sua não aceitação de propostas de alteração, levando a que o PSD não se reveja no mesmo.”—————

———3.3. **MAPA DE PESSOAL**—————

———MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2019. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.—————

———O Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal para dar as explicações que entendesse adequadas à boa compreensão do ponto em análise, referente ao Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e dezanove. —————

———*Vice-Presidente da Câmara* – Com o recurso a um *power point* explicou, em termos pormenorizados a proposta apresentada, descrevendo as oscilações havidas em relação ao mapa do ano anterior, disponibilizando para outros esclarecimentos considerados necessários.—————

———Não havendo inscrições para o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: aprovado por unanimidade.—————

———Assim, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente ao mapa de pessoal para vigorar no ano de dois mil e dezanove, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. —————

———3.4. **IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS**—————

———FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), NOS TERMOS DO CIMI. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.—————

———O Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal para dar as explicações que entendesse adequadas à boa compreensão do ponto em análise, referente à fixação das taxas do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI), nos termos do CIMI.———

———*Presidente da Câmara* – Usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em referência, enfatizando que a proposta apresentada vinha no seguimento das medidas aprovadas no ano anterior, remetendo outras explicações para o conteúdo da documentação que tinha sido previamente distribuída, sem embargo da predisposição da Câmara Municipal para responder a dúvidas que pudessem surgir. —

———O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de debate, tendo-se inscrito para usar da palavra o membro Diego Garcia.———

———*Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Usou da palavra para referir que existiam medidas justas, o Bloco de Esquerda iria votar a favor, mas acreditava que se podia ir mais além, na fixação das taxas do imposto municipal sobre imóveis, imposto que significará uma receita na ordem dos setecentos mil euros no ano de dois mil e dezanove. Disse que as sugestões apresentadas pelo Bloco de Esquerda no âmbito do período de auscultação de propostas para o Orçamento Municipal de dois mil e dezanove eram, mantendo a minoração na totalidade do território do concelho, reduzir ainda mais o IMI nas freguesias periféricas e com menos densidade populacional como por exemplo a freguesia de Beijós, servindo para, no seu entendimento, quebrar a dinâmica que existe de centralização de população na sede do concelho devido à existência da maioria dos serviços, sejam eles públicos ou privados. Afirmou que se a sua sugestão tivesse sido acolhida num período experimental, poder-se-ia perceber se seria uma boa medida de combate ao despovoamento. A outra proposta foi no sentido de se fazer uma listagem dos prédios devolutos do

Concelho, sejam eles rurais ou urbanos, e cobrar uma taxa agravada para obrigar aos proprietários a requalificar o prédio ou a vender promovendo assim a dinamização destes espaços sejam eles para habitação ou para qualquer outra atividade. —————

—————Findo o período de intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: Aprovado por unanimidade. —————

—————Assim, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente à fixação das taxas do IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis, nos seguintes termos:—————

—————a) Fixação da taxa da alínea c) do número um do artigo centésimo décimo segundo do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis, em zero vírgula três por cento (no intervalo de zero vírgula três a zero vírgula quarenta e cinco por cento);—————

—————b) Minoração em dez por cento a percentagem estabelecida, na área territorial do município, como medida de combate à desertificação, nos termos do número seis do artigo atrás citado; —————

—————c) Redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo com dependentes a cargo, nos termos do artigo centésimo décimo segundo traço A do CIMI nos seguintes termos: um dependente – vinte euros; dois dependentes – quarenta euros; três ou mais dependentes – setenta euros, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria.—————

—————3.5. **PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS**—————

—————PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS. DEFINIÇÃO DA PERCENTAGEM A QUE ALUDE O ARTIGO 26.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.———

———O Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal para dar as explicações que entendesse adequadas à boa compreensão do ponto em análise, referente à participação variável no IRS. Definição da percentagem a que alude o artigo vigésimo sexto da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro. ———

———*Presidente da Câmara* – Usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em referência, enfatizando que a proposta apresentada vinha no seguimento das medidas aprovadas no ano anterior, remetendo outras explicações para o conteúdo da documentação que tinha sido previamente distribuída, sem embargo da predisposição da Câmara Municipal para responder a dúvidas que pudessem surgir. —

———O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de debate, tendo-se inscrito para usar da palavra o membro Diego Garcia. ———

———*Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Usou da palavra para referir que o Bloco de Esquerda não se revia, minimamente, na ideia de isentar as empresas de impostos municipais, nem a de se prever a taxa máxima possível do IRS aos munícipes do Concelho. A ideia de ter como tradição a isenção da derrama nas empresas, deliberando durante anos sucessivos os cinco por cento da variável do IRS, entendia ser tudo menos uma medida justa para as pessoas. ———

———Findo o período de intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: ———

———Contra – 0 (zero) votos; ———

———Abstenção – 1 (um) voto; ———

———A favor – 19 (dezanove) votos. ———

———Assim, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por

maioria, com uma abstenção do membro Diego Garcia e dezanove votos a favor dos restantes membros, a proposta apresentada pela Câmara Municipal referente à definição e fixação da percentagem de 5% (cinco por cento) no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no número um do artigo septuagésimo oitavo do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Social, nos termos do número dois do artigo sexagésimo nono, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. —

—————3.6. **TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM**—————

—————FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), NOS TERMOS DA LEI N.º 5/2004, DE 10 DE FEVEREIRO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————O Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal para dar as explicações que entendesse adequadas à boa compreensão do ponto em análise, referente à fixação da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), nos termos da Lei número cinco barra dois mil e quatro, de dez de fevereiro. —————

—————*Presidente da Câmara* – Usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em referência, enfatizando que a proposta apresentada mantinha os pressupostos do ano anterior, colocando-se à disposição para responder a dúvidas que pudessem surgir. —————

—————Não havendo inscrições para o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. —————

—————Assim, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente à fixação da percentagem de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento), da taxa municipal de direitos de

passagem, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. _____

_____ **3.7. ENCARGOS ORÇAMENTAIS EM MAIS DE UM ANO ECONÓMICO** _____

_____ EMPREITADAS E AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS – ENCARGOS ORÇAMENTAIS EM MAIS DE UM ANO ECONÓMICO. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ O Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal para dar as explicações que entendesse adequadas à boa compreensão do ponto em análise, referente às empreitadas e aquisição de bens e serviços- encargos orçamentais em mais de um ano económico. Pedido de autorização à Assembleia Municipal. _____

_____ *Presidente da Câmara* – Usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em referência, afirmando que a proposta era recorrente, colocando-se à disposição para responder a dúvidas que pudessem surgir. _____

_____ Não havendo inscrições para o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: aprovado por unanimidade. _____

_____ Assim, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta e pedido de autorização apresentados pela Câmara Municipal, referente aos encargos orçamentais em mais de um ano económico, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. _____

_____ **3.8. ISENÇÕES/REDUÇÕES EM MATÉRIAS DE TRIBUTOS PRÓPRIOS** _____

_____ ISENÇÕES/REDUÇÕES EM MATÉRIA DE TRIBUTOS PRÓPRIOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ O Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal para dar as explicações que entendesse adequadas à boa compreensão do ponto em análise, referente às isenções/reduções em matéria de tributos próprios. _____

———*Presidente da Câmara* – Usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em referência, afirmando que a proposta era recorrente, colocando-se à disposição para responder a dúvidas que pudessem surgir.———

———Não havendo inscrições para o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: aprovado por unanimidade.———

———Assim, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade a proposta apresentada pela Câmara Municipal, referente às isenções/reduções em matéria de tributos próprios para vigorar no ano de dois mil e dezanove, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria.———

———4. PROPOSTAS DOS GRUPOS MUNICIPAIS———

———4.1. MOÇÃO APRESENTADA PELO BLOCO DE ESQUERDA, PELA NÃO TRANSFERÊNCIA DAS NOVAS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NA LEI N.º 50/2018 JÁ PARA O ANO DE 2019. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.———

———O Presidente da Assembleia usou da palavra informar que o agendamento deste ponto tinha sido requerido pelo Bloco de Esquerda, cuja moção a seguir se transcreve: ——

———“*Moção*———

———**Pela não transferência das novas competências previstas na Lei n.º 50/2018 já para o ano de 2019:**-----

———Considerando que: ——

———a) Foi recentemente publicada a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto que estabelece o quadro de transferências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais das competências se encontram na administração direta e indireta do Estado;———

———b) De acordo com o artigo 4.º da referida lei, esta transferência de competências

e afetação de recursos será concretizada através de diplomas sectoriais relativos às diversas áreas. A mesma será feita em 2019 admitindo-se que as autarquias e entidades intermunicipais que não pretendam já a transferência no próximo ano destas competências para a autarquia local, comuniquem esse facto à DGAL, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos nesse sentido; _____

_____c) Alguns diplomas sectoriais já foram publicados; _____

_____d) Esta descentralização viola o princípio constitucional da subsidiariedade agravando as assimetrias regionais, uma vez que a municipalização de competências nestas matérias não pode comprometer a universalidade e igualdade no acesso às prestações inerentes às mesmas, procurando evitar que tal acesso seja posto em causa face a uma diferenciação resultante de diversas opções locais no exercício de tais competências; _____

_____e) Este diploma promove uma total desresponsabilização do Estado em funções sociais de âmbito universal como a Educação, Saúde e Cultura; _____

_____f) Por outro lado, a transferência de pessoal e equipamentos, para mais se acompanhado de um financiamento insuficiente onerará os órgãos dos municípios com um esforço financeiro significativo, desconhecendo-se ainda os moldes exatos da transferência de receitas para que as Autarquias possam assegurar estas novas competências;

_____g) Existe ainda a possibilidade de as autarquias se justificarem com meios humanos insuficientes e recursos técnicos para assegurar estas novas competências para concessionarem serviços a entidades privadas ou empresas municipalizadas que, por falta de fiscalização, poderão promover a degradação do serviço prestado e o seu acesso e fruição pelo comum cidadão; _____

_____h) Nos termos e para os efeitos do artigo 44.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto,

esta lei só produz efeitos após a aprovação dos respetivos diplomas legais de âmbito sectorial, pelo que estes devem ser concretizados de forma a permitir a aplicabilidade e eficácia do previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei;_____

_____i) Tratando-se de uma Lei que já entrou em vigor e é válida, apesar da ineficácia dos seus artigos, deverá ser votada a deliberação que prevê a transferência de competências, ainda que o seja por mera cautela e por desconhecimento da data de publicação dos referidos diplomas parcelares._____

_____Assim, a Assembleia Municipal de Carregal do Sal reunida a 7 de dezembro de 2018, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera: _____

_____1. Votar favoravelmente ao adiamento da transferência de competências para este Município já no próximo ano de 2019; _____

_____2. Comunicar o adiamento da transferência de competências para o Município/Freguesia já para o ano de 2019 à Direção Geral das Autarquias Locais.”_____

_____O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de debate, tendo-se inscrito para usar da palavra os membros Diego Garcia, Casimiro Loureiro e Paulo Catalino._____

_____Diego Enrique Rodrigues Garcia – Usou da palavra para referir que a aprovação desta moção significaria a garantia de que o município de Carregal do Sal tinha mais tempo para clarificar e perceber em que condições será feita esta transferência de novas competências para as autarquias. Disse serem vinte e três diplomas que o Governo, através do Conselho de Ministros, fará e já fez aprovar e serão delegadas competências aos municípios nas áreas da saúde, educação, habitação, policiamento de proximidade, exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar, fundos europeus e captação de investimento, promoção turística, praias, justiça e associações de bombeiros, entre outras.

Prosseguindo, mencionou que a verba disponibilizada aos municípios no Orçamento do Estado seria insuficiente, sendo importante que a autarquia fizesse um levantamento dos valores totais que o município vai precisar para assegurar a delegação de competências nas diversas áreas, em termos de recursos humanos e financeiros. Concluiu, afirmando que esta situação vai levar a concessão de muitos serviços que até agora pertenciam à gestão pública, a precarização do trabalho e incumprimento dos desejos reais da população. —

——— *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para se referir à moção, que a bancada do Partido Social Democrata considerava extemporânea, referindo que a mesma já tinha alertado a Câmara Municipal, nomeadamente para estar em alerta relativamente aos envelopes financeiros e que a posição da sua bancada era a de declaração de voto, transcrita em ata, e que leu para conhecimento do plenário. —

——— *Paulo Jorge Catalino Almeida Ferraz* – Usou da palavra para afirmar que a moção apresentada vinha, no seguimento da moção do Bloco de Esquerda apresentada na Assembleia da República, não tendo votado favoravelmente esta descentralização e, portanto, aquilo que hoje era apresentado era um pedido para fazer o adiamento da transferência de competências. Disse que a bancada do Partido Socialista não concordava, por ser a favor da descentralização. Se não fosse essa a razão, a moção tem ainda uma série de considerandos com os quais a bancada não concordava, nomeadamente o d) e o e). Não concordava por não achar que o Estado se esteja a desresponsabilizar da sua missão na área da saúde, da educação e da cultura com esta medida de descentralização para as câmaras. Por isso, a bancada vai votar contra este adiamento porque não tem qualquer sentido prático, na medida em que é o Executivo Camarário que vai ter que negociar, em face de cada Decreto-Lei setorial e ao mesmo tempo que ver quais são as garantias que vão ser dadas. —

———Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: ———

———Contra – 19 (dezanove) votos;—————

———Abstenção – 0 (zero) votos;—————

———A favor – 1 (um) voto.—————

———Assim, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou rejeitar por maioria, com um voto a favor de Diego Garcia e dezanove votos contra dos restantes membros, a Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, pela não transferência das novas competências previstas na Lei número cinquenta barra dois mil e dezoito, já para o ano de dois mil e dezanove, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. - ———

———A bancada do Partido Social Democrata apresentou declaração de voto, nos seguintes termos:—————

———“DECLARAÇÃO DE VOTO ———

———A Bancada do PSD da Assembleia Municipal de Carregal do Sal, relativamente à Moção apresentada pelo BE, pela não transferência das novas competências previstas na Lei nº 50/2018, vota contra pelos factos seguintes:—————

———1 – O Diploma legal referido foi aprovado pela Assembleia da República e encontra-se em vigor, tratando-se de uma Lei Quadro, que necessita das indispensáveis regulamentações;—————

———2 – As transferências de competências devem ser efetuadas, devendo o Executivo, de acordo com que o PSD defendeu na última Assembleia Municipal, ter o especial cuidado nas negociações para acautelar as correspondentes transferências financeiras;

———3 – A Moção apresentada, desrespeita a negociação que foi previamente efetuada com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, da qual Carregal do Sal faz

parte integrante.” _____

_____4.2. RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO BLOCO DE ESQUERDA, PELO CUMPRIMENTO EFICAZ DA LEI QUE PERMITE A TODAS POR IGUAL O DIREITO À INTERRUPTÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____O Presidente da Assembleia usou da palavra para informar que o agendamento deste ponto tinha sido requerido pelo Bloco de Esquerda, cuja recomendação a seguir se transcreve: _____

_____“RECOMENDAÇÃO _____

_____PELO CUMPRIMENTO EFICAZ DA LEI QUE PERMITE A TODAS POR IGUAL O DIREITO À INTERRUPTÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ _____

_____Considerando que: _____

_____1. A Lei n.º 16/2007, de 17 de Abril veio estabelecer uma alteração ao Código Penal Português no sentido de descriminalizar a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) nas primeiras dez semanas, quando efetuada por um médico, ou sob a sua direção, em estabelecimento de saúde oficial ou oficialmente reconhecido e com o consentimento e por opção da mulher grávida; _____

_____2. Posteriormente, a Portaria n.º 741-A/2007, de 21 de Julho, veio estabelecer as medidas a adotar nos estabelecimentos de saúde oficiais ou oficialmente reconhecidos com vista à realização da interrupção da gravidez, em todos os casos incluídos na lei, nomeadamente a voluntária; _____

_____3. Nos termos do artigo 16.º da Portaria supra mencionada, “*o conselho de administração do estabelecimento de saúde oficial, o responsável pelo estabelecimento oficial de cuidados de saúde primários ou o responsável pelo estabelecimento de saúde oficialmente reconhecido, conforme o caso, devem garantir a realização em tempo útil da consulta (...)*”prévia; _____

———4. *“Entre o pedido de marcação e a efetivação da consulta não deve decorrer um período superior a cinco dias, sem prejuízo do cumprimento dos prazos legais.”*———

———5. É ainda obrigatório um período de reflexão mínimo de três dias entre a consulta prévia e a data da IVG e é durante este período que a grávida pode solicitar apoio psicológico ou de um assistente social.———

———6. Através de pergunta elaborada e enviada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda em Junho do presente ano foi possível aferir que mais de metade do total de Agrupamentos de Centro de Saúde (33 de 55) não têm consultas prévias necessárias para a interrupção voluntária da gravidez, sendo um deles o ACES Dão-Lafões;———

———7. Esta falta de serviços públicos de saúde, absolutamente essenciais, comprometem o prazo legal dado pela lei a IVG (dez semanas), obrigando a múltiplas deslocações por quem pretende a IVG com todos os custos monetários e temporais inerentes às mesmas;———

———8. Existem serviços que apenas têm atendimento durante a semana, o que faz com que as grávidas que não consigam ausentar-se do seu emprego, possam colocar em causa a IVG que pretendem e à qual têm direito;———

———9. A IVG é presentemente um direito consagrado na lei e resultado de uma ampla mobilização social que permitiu à mulher decidir livremente sobre a sua gravidez. ——

———10. Tendo decorrido dez anos sobre a aprovação da despenalização da IVG, é inegável que esta medida trouxe evidentes ganhos do ponto de vista de saúde pública. —

———11. Não podem as dificuldades no acesso à consulta prévia e a não existência de resposta em todos os hospitais públicos comprometer o pleno usufruto de um direito e o pleno impacto desta medida na saúde pública.———

———12. É ao Governo que cabe garantir o reforço da consulta prévia nos agrupamen-

tos dos centros de saúde e assegurar que todos os hospitais garantem a interrupção voluntária da gravidez, que tem provado ser uma medida de saúde pública muito eficaz, tendo diminuído o número de mortes por IVG. _____

_____ Assim, a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, reunida em Sessão Ordinária a 7 de Dezembro de 2018, ao abrigo dos artigos 23, n.º 2, alínea g) e 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera recomendar à Câmara Municipal de Carregal do Sal que diligencie junto do Governo, em especial junto do Ministro da Saúde, para que proceda à melhoria e reforço do Serviço Público afeto à Interrupção Voluntária da Gravidez.” _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de debate, tendo-se inscrito para usar da palavra os membros Casimiro Loureiro e Paulo Catalino. —

_____ *Casimiro Alves Martins Loureiro* – Usou da palavra para se referir à recomendação e informar que a bancada do Partido Social Democrata iria votar contra, com os fundamentos da declaração de voto, transcrita em ata, e que leu para conhecimento do plenário. — _____

_____ *Paulo Jorge Catalino Almeida Ferraz* – Usou da palavra para se referir à recomendação e informar que a bancada do Partido Socialista iria votar contra, na medida em que os pressupostos da mesma não eram à escala do Agrupamento Dão Lafões; porventura teria toda a pertinência para a área metropolitana de Lisboa. _____

_____ Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto em votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: _____

_____ Contra – 19 (dezanove) votos; _____

_____ Abstenção – 0 (zero) votos; _____

_____ A favor – 1 (um) voto. _____

———A Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou rejeitar por maioria, com um voto a favor do membro Diego Garcia e dezanove votos contra dos restantes membros da Assembleia Municipal, a Recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda, pelo cumprimento eficaz da Lei que permite a todas por igual o direito à interrupção voluntária da gravidez, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. - —————

———A bancada do Partido Social Democrata apresentou declaração de voto, nos seguintes termos: —————

———“DECLARAÇÃO DE VOTO —————

———A Bancada do PSD da Assembleia Municipal de Carregal do Sal, relativamente à Recomendação apresentada pelo BE, pelo cumprimento eficaz da Lei que permite a todas por igual o direito à interrupção voluntária da gravidez, vota contra pelos factos seguintes:

———1 – No nosso entendimento a Lei em causa está a ser cumprida; —————

———2 – Não se justificam recomendações nesta matéria, a existirem deverão ser para agilizar a celeridade do atendimento em saúde noutras áreas, nomeadamente na gratuitidade de todos os tratamentos inerentes aos processos de infertilidade e celeridade dos mesmos; —————

———3 – O SNS disponibiliza gratuitamente todos os meios para uma anticoncepção eficaz, pelo que a maioria das gravidezes indesejáveis o são por “desleixo” e facilitismo das próprias; —————

———4 – O SNS, a par de outros Serviços Públicos, deveriam envidar esforços no sentido de criar incentivos ao acréscimo de natalidade por forma a resolver os problemas da sociedade portuguesa, nomeadamente, em termos de demografia.” —————

———5. **CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS** —————

————RELATÓRIO SEMESTRAL PRESTADO PELO AUDITOR EXTERNO, RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS, SOBRE A RESPETIVA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA. APRECIAÇÃO.————

————O Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal para dar as explicações que entendesse adequadas à boa compreensão do ponto em análise, referente à apreciação do relatório semestral prestado pelo auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, sobre a respetiva situação económica e financeira.————

————*Presidente da Câmara* – Usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em referência, afirmando que o assunto em causa resultava de um imperativo legal, colocando-se à disposição para responder a dúvidas que pudessem surgir.————

————Não havendo inscrições para o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal declarou apreciado este ponto da ordem do dia, referente ao Relatório Semestral prestado pelo auditor externo responsável pela certificação legal de contas, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria.————

————**6. *TARIFÁRIOS DE SANEAMENTO***————

————PARECER DA ERSAR – ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS SOBRE O TARIFÁRIO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO PARA 2019 – CÂMARA MUNICIPAL DE CARREGAL DO SAL. APRECIAÇÃO.————

————O Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal para dar as explicações que entendesse adequadas à boa compreensão do ponto em análise, referente à apreciação do parecer da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos sobre o tarifário de saneamento para dois mil e dezanove – Câmara Municipal de Carregal do Sal.————

———*Presidente da Câmara* – Usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em referência, colocando-se à disposição para responder a dúvidas que pudessem surgir. —————

———Não havendo inscrições para o uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal declarou apreciado este ponto da ordem do dia, referente ao Parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, sobre o tarifário dos serviços de saneamento para dois mil e dezanove – Câmara Municipal de Carregal do Sal, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. —————

———**7. ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** —————

———ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. —————

——— O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia e aceitou inscrições, não tendo, no entanto, sido utilizado. —————

———**APROVAÇÃO, EM MINUTA, DE DELIBERAÇÕES NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO DO ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO.** —————

———O Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Jorge Morgado Gomes, informou que tendo em vista a eficácia dos assuntos deliberados, pediu às Secretárias para procederem à leitura da minuta das deliberações dos pontos três (três ponto um a três ponto oito), quatro, cinco e seis da ordem do dia. —————

———Colocada em votação, decorrida votação nominal, a minuta foi aprovada por unanimidade. —————

———**ENCERRAMENTO.** —————

———Esgotada a ordem do dia, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e quarenta minutos. —————

———E, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser

assinada pelos membros da Mesa. _____

O Presidente da Assembleia Municipal,

Carlos Jorge Morgado Gomes

A Primeira Secretária,

Ana Isabel Abrantes Ribeiro

A Segunda Secretária,

Isabel Clara Amaral Teixeira.